



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

EDSON CARDOSO MACHADO

**VIOLÊNCIA POLICIAL EM ABORDAGENS CONTRA JOVENS NEGROS NO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BAHIA: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO
DOS JOVENS NEGROS**

Cachoeira-Ba
2025

EDSON CARDOSO MACHADO

**VIOLÊNCIA POLICIAL EM ABORDAGENS CONTRA JOVENS NEGROS NO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BAHIA: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO
DOS JOVENS NEGROS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso Superior de
Tecnologia em Gestão Pública, Centro de
Artes, Humanidades e Letras, Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB,
como requisito para obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivana Tavares
Muricy.

Cachoeira-Ba
2025

EDSON CARDOSO MACHADO

Violência policial em abordagens contra jovens negros no Município de Cachoeira-Bahia: uma análise sobre a percepção dos jovens negros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 11 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **IVANA TAVARES MURICY**
Data: 04/06/2026 17:35:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Ivana Tavares Muricy (Orientadora)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO AUGUSTO PESSOA LEPIKSON**
Data: 07/06/2026 23:25:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Pedro Augusto Pessoa Lepikson
Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **SAMYR FERREIRA DOS SANTOS**
Data: 04/06/2026 19:02:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Samyr Ferreira dos Santos
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Doutorando em Arqueologia e Patrimônio Cultural – PPGAP/UFRB

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho representa a concretização de uma etapa muito importante da minha vida acadêmica. Por esta razão, e com imensa gratidão, deixo aqui meus sinceros agradecimentos a todos que estiveram ao meu lado nesse momento.

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças nos momentos mais difíceis e por nunca me deixar desistir.

A minha orientadora Dr^a. Ivana Tavares Muricy pela paciência, orientação e dedicação ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho. Sua orientação foi essencial para que este projeto se tornasse realidade.

Aos professores do curso, Dr^a. Daniela Abreu Matos, Dr. Jorge Antônio Santos Silva, Mrs. Pedro Augusto Pessôa Lepickson, Dr. Nelson Eugenio Pinheiro Montenegro, Samyr Ferreira dos Santos (Uhuru), Dr^a. Sielia Barreto Brito, por todo o conhecimento transmitido durante a graduação e por contribuírem de forma significativa para minha formação.

Aos meus colegas e amigos que estiveram ao meu lado durante essa caminhada oferecendo apoio, incentivo e boas risadas, mesmo nos momentos de maior pressão.

Aos meus familiares, em especial, meu pai Aniceto Machado (in memoriam), a minha mãe Jussara Cardoso, a meu irmão João Paulo Cardoso Sousa, a minha esposa Lilian da Encarnação de Jesus, a minha avó Bernadete Rodrigues Cardoso (in memoriam), a minha tia Jaciara Rodrigues Cardoso (in memoriam), aos meus filhos Laiane Queise dos Santos Machado e Ravi de Jesus Machado pelo amor, compreensão e apoio incondicional em todos os momentos. Sem vocês, nada disso seria possível.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu muito obrigado, gratidão a todos.

MACHADO, Edson Cardoso. **Violência policial em Abordagens contra jovens negros no Município de Cachoeira-Bahia:** uma análise sobre a percepção dos jovens negros. 2025. 38 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira-Ba

RESUMO

Os estudos mostram que a violência policial contra jovens negros é uma realidade histórica no Brasil marcada por abordagens truculentas, racismo estrutural e violações de direitos humanos. Estudos recentes sobre a polícia militar e suas abordagens mostram a existência do racismo dentro da instituição, principalmente por parte de policiais negros com pessoas negras, sendo a causa, em sua grande maioria, de muitos dos abusos policiais e homicídios de negros no país. Nessa perspectiva, o presente trabalho investigou a realidade de jovens negros periféricos, que vivem em regiões onde a população é economicamente mais carente e com a ação policial mais constante, onde a população é marginalizada pelas forças policiais no país, levando a um grande número de homicídios no Estado da Bahia. O trabalho foi realizado na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, e teve, além do estudo bibliográfico sobre o tema de violência policial na Bahia e no Recôncavo, contou com entrevistas estruturadas com jovens negros entre 15 a 29 anos, nas quais eles tiveram a possibilidade de explicar suas experiências em relação a abordagem policial no município de Cachoeira. Foram selecionados 15 jovens. Após a coleta de dados, as respostas foram tabuladas e analisadas traçando um paralelo entre os estudos consultados e as falas dos entrevistados.

Palavras-chave: abordagem policial, racismo estrutural, violência.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de vezes abordado pela Polícia Militar em 2025	19
Gráfico 2 - Tratamento dado pela Polícia Militar nas abordagens	20
Gráfico 3 - Maneira em que foi chamado no momento da abordagem	21
Gráfico 4 - Motivo pelo qual o jovem acredita ter sido abordado pela força policial. 23	
Gráfico 5 - Experiência ao ser abordado juntamente com uma pessoa não negra ...	24
Gráfico 6 - Diferença na abordagem entre jovens negros e jovens não negros de acordo suas experiências	25
Gráfico 7 - Perguntas feitas pelos policiais nas abordagens	26
Gráfico 8 - Horário da abordagem policial	28
Gráfico 9 - Vestimenta utilizada pelo entrevistado na abordagem policial	29
Gráfico 10 - O que você sente ao se deparar com uma viatura policial?	30
Gráfico 11 - Como deveria ser a abordagem policial com pessoas negras	31
Gráfico 12 - Importância e função da Polícia Militar para a população	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O JOVEM NEGRO NO BRASIL	10
3 RACISMO INSTITUCIONAL E A AÇÃO POLICIAL NA BAHIA	13
4 A AÇÃO POLICIAL NA CIDADE DE CACHOEIRA/BA	16
5 METODOLOGIA	18
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A violência policial contra jovens negros é uma realidade histórica no Brasil, marcada por abordagens truculentas, racismo institucional estrutural e violações de direitos humanos, como demonstram diversos estudos. French (2017) afirma que os estudos empíricos recentes sobre a polícia militar e suas abordagens mostram a existência do racismo, principalmente de policiais negros contra pessoas negras, sendo a causa, em sua grande maioria, de muitos dos abusos policiais. Apesar do corpo da polícia militar ser amplamente composta por homens negros, a instituição é reconhecida por se comportar de maneira racista, injusta e violenta contra a população negra.

O Atlas da Violência do ano de 2024 apresenta informações sobre os homicídios cometidos contra homens negros no país no ano de 2022. De acordo com Cerqueira e Bueno (2024), as informações levantadas por pesquisas sobre a violência no Brasil mostraram que 76% dos homens mortos no ano de 2022 eram negros, sendo a maior parte dessas mortes ocorridas nas abordagens policiais em bairros periféricos.

Nessa perspectiva, o presente trabalho investigou a realidade de jovens negros periféricos, predominantemente de baixa renda, onde a ação policial é mais constante, e como eles se sentem nas abordagens policiais, buscando compreender a dimensão subjetiva e coletiva dessa ação policial em seu dia a dia no ano de 2025, para os jovens negros com faixa etária de 15 a 29 anos no Município de Cachoeira-Ba.

A realização deste estudo se justifica pela urgência em ouvir e registrar as vozes de jovens negros, em um contexto marcado por desigualdades sociais e um constante embate com a atuação das forças de segurança pública no município de Cachoeira/Bahia. A finalidade do estudo consistiu na capacidade de poder compreender como ocorre a atuação da polícia, no que se refere a jovens negros no município.

Ao analisar a realidade de jovens negros no Brasil, Bento e Beghim (2025) descrevem um quadro de extrema vulnerabilidade social, na qual esses jovens negros e pobres são as principais vítimas da violência urbana e alvos prediletos dos excessos policiais.

No município de Cachoeira-BA, no Recôncavo Baiano, essa realidade se apresenta com características próprias tendo em vista o contexto histórico, racial e social da cidade. A cidade de Cachoeira foi uma das regiões mais importantes da economia açucareira do Brasil no período colonial, sendo assim, devido a produção intensa de açúcar e fumo na região, a população de negros sempre foi maior do que brancos na cidade (SILVA, 2016).

A juventude negra não é necessariamente delimitada com base, apenas, pela sua idade, mas também por fatores que representam as intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais desta juventude. De acordo a Unesco (2004), as representações dos jovens no Brasil estão relacionadas as diferenças de classes sociais, culturais, épocas e etnias determinantes.

O trabalho buscou informações de jovens de bairros periféricos da região de Cachoeira para realizar uma análise entre a fala dos jovens e a ação policial da cidade, sendo a pesquisa de campo e as repostas dos jovens atrelada as referências estudadas sobre a abordagens policiaes no Estado da Bahia, incluindo a cidade de Cachoeira/BA no Recôncavo, permitindo um comparativo entre referencial teórico e a realidade.

2 O JOVEM NEGRO NO BRASIL

A violência policial é um problema que está vinculado a um fenômeno sociocultural e histórico, com causas e processos diversos. A violência das forças policiais está diretamente ligada a um racismo velado e implica ações diferentes no que se refere a quem a pratica e a quem sofre a violência. Consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos e sofrimentos a indivíduos estereotipados como inferiores devido a sua cor e a cultura. As principais vítimas seguem sendo as populações vulnerabilizadas e periféricas, principalmente quando se trata de raça, cor e pertencimento territorial (SILVA et.al., 2024)

De acordo com Adorno (1996), as violações de direitos garantidos pela legislação brasileira sempre recaíram nos jovens mais pobres e negros, que são visivelmente desprovidos das imunidades dadas aos cidadãos não negros. Isso fica mais nítido quando os jovens não negros aparentam ser de classe média alta e com privilégio social.

As decisões dos policiais nas abordagens, além de um protocolo técnico-operacional que deveria ser seguido, é influenciada pelas representações sociais sobre o lugar de onde o indivíduo vem, a situação em que se encontra, o fenótipo, a aparência e o comportamento do indivíduo. Todo esse conjunto leva a uma abordagem ao indivíduo considerado suspeito e que, em sua maioria, é negro e de região periférica (ANUNCIAÇÃO et.al., 2020).

O Atlas da Violência de 2021 revela que um jovem negro tem 2,6 vezes mais chances de ser assassinado quando comparado com um jovem não negro nas abordagens policiais. O jovem negro, na abordagem policial, acaba por perder os seus direitos de cidadão devido as suas características físicas e ao local de origem onde a produção da morte se apresenta como estratégia política policial e governamental para o controle da violência (IPEA, 2021).

Portar características fenotípicas de negros já acende um sinal de alerta nas abordagens policiais. Geralmente, esses jovens negros residem em locais periféricos e costumam ser associados à criminalidade, marginalidade, banditismo, infratores.

Para as jovens negras, as denominações costumam ser a de mulher de bandido, sofrendo maiores violações de assédio (ANUNCIAÇÃO et.al., 2020).

A rotulação de comportamentos tidos pelos policiais como suspeitos relacionado a grupos de jovens negros periféricos fortalece o poder discricionário e o uso legal da força policial. Considerando as imagens negativas e pejorativas frequentemente associadas ao negro no Brasil, o jovem negro torna-se alvo constante da infundada suspeita policial. A ideia que se passa através da suspeita policial é de que a juventude negra compõe um grupo que rompe regras e, por isso, precisa ser contida. A contenção policial, baseada nesses conceitos, realiza uma abordagem truculenta e estereotipada (ANUNCIAÇÃO et.al., 2020).

Desta forma, Ferrari (2019) afirma que o que se vê hoje em dia em relação as abordagens policiais e a postura do Estado são uma política de morte com o uso ilegítimo da força. O que ocorre é uma perseguição a um jovem estereotipado como perigoso e, na sua maioria, negro, que é visto como criminoso e passível de homicídio e atos ilegais pelas autoridades.

Um fator que se destaca nos assassinatos desses jovens é que, uma parcela significativa tem a sua vida ceifada pelas mãos de policiais que deveriam velar pela segurança e a ordem pública. São frequentes nos noticiários os informes sobre os assassinatos de jovens negros em ações policiais nas comunidades periféricas, tendo como justificativa que os jovens assassinados morreram após reagir durante operações policiais (SANTOS, 2024).

A juventude negra é frequentemente detida, agredida e assassinada sob a justificativa de manter a segurança da sociedade salvaguardo por um discurso oficial do Estado que acaba por legitimar o assassinato de jovens negros, especialmente periféricos. A violência, inclusive a violência policial, continua sendo a principal causa de morte da juventude no Brasil (SANTOS, 2024).

As pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirmam que, na Bahia, no ano de 2019, 77% dos jovens assassinados eram pretos e pardos e tiveram sua vida ceifada pela mão de policiais em pleno exercício. Um estudo divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que no ano

de 2023, 83,6% dos jovens assassinados eram pretos e pardos e também tem a sua morte relacionada a policiais em pleno exercício (SANTOS, 2024).

O crescimento anual de homicídios de jovens negros tem levado organizações e a sociedade, de uma maneira geral, a configurar esse crescimento como genocídio, uma vez que as ações das instituições de controle da sociedade subentendem que o indivíduo suspeito e de confronto faz parte de um grupo específico ligado a cor, raça, origem e cultura específica (CAVALCANTE, 2019).

Freitas (2015) afirma que apesar do racismo ser tão negado em nossa sociedade, o genocídio é marcado pelo número de homicídios de homens negros no país e pela condição de vida ofertada para esta camada específica da população como forma de eliminação não só física, mas também cultural. Essa é a metodologia utilizada para manter vigente, mesmo que de uma forma velada, a discriminação racial existente desde a escravatura.

Esse mesmo autor cita como a figura do negro ainda é vista de forma negativa e ligada ao mal. Toda a cultura e tradições que se originam do povo negro são percebidas de forma maléfica, com a necessidade de ser combatida. Por isso a morte de jovens negros é colocada de forma supérflua e silenciada pelas autoridades sempre que podem (FREITAS, 2015).

3 RACISMO INSTITUCIONAL E A AÇÃO POLICIAL NA BAHIA

O racismo institucional consiste na discriminação de tipo racial, gênero e regional, que são geradas em contextos de relações desiguais de poder historicamente construídas. Este se manifesta tanto no plano macroestrutural, abrangendo os sistemas econômicos, culturais e políticos responsáveis por processos de opressão, quanto nos contextos microsociais (BOULDING, 1997)

O racismo institucional manifesta-se como resultado do funcionamento de instituições proporcionando privilégios a um determinado grupo racial, composto por não negros, que são, em sua maioria, os detentores do poder. Racismo é dominação. A manutenção do poder, sendo elemento constitutivo das relações raciais (ALMEIDA, 2018).

Para Werneck (2005), o racismo institucional se estabelece nas estruturas organizacionais da sociedade que traduzem os interesses e ações de exclusão propagada por um grupo dominante de pessoas que acreditam ser superior a classe oprimida.

Nesse contexto, a historiografia vem mostrando um número intenso de abordagens policiais a homens e jovens negros, que tem como base o ideal antigo de inferiorização e marginalização da população negra, com designações ligadas ao processo de desvalorização dessa população e indignação quando o mesmo alcança um status imaginado apenas para homens não negros (ARANDAS, 2010).

O número de jovens negros assassinados no Brasil vem crescendo a cada ano e sendo cada vez mais banalizado pelas autoridades, que tem como função garantir a proteção para toda a sociedade. A Bahia vem se destacando, ao longo dos anos, no crescimento do número de homicídios contra jovens negros, confirmando a ideia de que a violência policial segue um padrão de idade, cor e sexo. Os homens negros estão entre o maior número de vítimas das ações policiais (SANTOS, 2024).

A Bahia é um dos Estados do país que mais evidencia a morte de jovens negros resultante de ações policiais, pois o Estado tem o aparato policial como máquina de força que acaba culminando com o crescimento dos números de homicídios de jovens negros e periféricos no país. Existe um investimento do Estado na militarização da

Polícia Militar, que aponta como alvo de operações, sempre, a população mais carente e retinta ocasionando conflitos com vítimas sempre jovens, negras e periféricas (VARGAS, 2010).

Nos anos 90, a Bahia registrava relatos sobre a ação de grupos de extermínio, na capital e no interior do Estado, ligados as forças policiais em momentos de operações em bairros mais periféricos, supostamente, no combate à violência em bairros onde mais de 50% das pessoas são negras (FREITAS, 2015).

Ainda nos anos 90, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados investigava a ação de grupos de extermínios no Nordeste e afirmou, em seu relatório final, que as autoridades baianas eram coniventes com a presença de policiais da ativa envolvidos em grupos de extermínio e mecanismos que garantiram a inocência dos policiais envolvidos em casos de homicídios de pessoas negras. Tanto a Corregedoria quanto a ouvidoria não funcionavam neste período (BRASIL, 2005).

No ano de 2003, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado publicou um dossiê que descrevia a ação de grupos de extermínio relacionado a homicídios ocorridos na cidade de Salvador e do interior do Estado, com evidente participação da força policial, ocorridos em bairros composto majoritariamente por negros (OLIVEIRA et al, 2000).

A cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, apresentou em 2023 um total de 457 mortes decorrentes de violência praticada por policiais. Nesse mesmo período, a Bahia registrou 1.699 mortes por intervenção de agentes de segurança no Estado, de um total de 6.393 registros do país; ou seja, um a cada três óbitos no país, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança (FBS, 2024).

Cavalcante (2019) afirma que a cidade de Salvador é tida pelas autoridades e pessoas não negras, tanto dentro da própria Bahia como também de fora, como a terra de misticismos e da religiosidade de matriz africana onde ocorre assassinatos, principalmente de pessoas negras, de pessoas amontoados em favelas e guetos. É também a terra de estereótipos, onde o negro é a principal peça de esteriotipação e

perseguição na cidade, evidenciando o racismo relacionado a homens e mulheres negras.

O número alto de homicídios relacionados as ações policiais e homicídios de jovens negros também se estendeu a cidades do Recôncavo Baiano, como a cidade de Cachoeira. A sua formação histórica escravagista acompanhou os ideais escravagista de Salvador que via o povo negro como serviçais de uma elite branca e preconceituosa que marginalizava todo e qualquer resquício da cultura afro descendente na sociedade (FERREIRA, 2021).

Ferreira (2021) afirma que o racismo estrutural dentro das instituições policiais de segurança atua em todo o Estado da Bahia, tendo ações policiais no interior com o mesmo modo operante de Salvador, em áreas onde a maior parte de suspeitos abordados são jovens negros moradores de bairros mais carentes.

4 A AÇÃO POLICIAL NA CIDADE DE CACHOEIRA

Cachoeira é uma cidade situada no Recôncavo Baiano que sempre teve, em sua história, uma localização estratégica para a economia do país e do Estado, tornando-se a cidade que dava suporte direto a Salvador em produtos alimentícios e de exportação através da navegação do rio Paraguaçu (NASCIMENTO, 2010).

Páres (2007) afirma que a cidade de Cachoeira, nas margens do rio Paraguaçu, era o polo econômico mais importante do Recôncavo, sendo seu porto fluvial e mercado o ponto de intercâmbio entre Salvador e o interior do país. De Cachoeira saíam os caminhos que iam para as Minas Gerais, Maranhão e os sertões. Essa movimentação econômica trazia um grande fluxo de negros que se tornaram mais da metade da população local.

O autor ainda afirma que havia na região perseguições a cultura e religiosidade do povo preto, ocorridas em regiões mais afastadas do centro da cidade, ocasionando prisões, apreensões e homicídios na cidade em regiões que viriam a se tornar, em tempos mais adiante, os bairros periféricos da cidade de Cachoeira (PÁRES, 2007).

O Censo demográfico de 2010 mostra que, por conta do passado histórico da cidade de Cachoeira, 13 mil pessoas eram de cor preta e 14 mil eram de cor parda. Isso configura uma população de 80% negra e descendente na cidade, fazendo da cidade uma das mais negras do Brasil (FERREIRA, 2021).

Ainda de acordo Ferreira (2021), o número de homicídios de pessoas pretas na cidade de Cachoeira foi mostrado em um portal chamado Deepask que utilizou dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, trazendo um comparativo de 2001 à 2013, informando que no ano de 2001 apenas uma pessoa havia sido assassinada na cidade. No entanto, no ano de 2013, 13 pessoas haviam sido assassinadas. As informações insinuam a ocorrência desses homicídios relacionados as abordagens policiais em bairros periféricos da região. Ambas pessoas com os mesmos fenótipos (FERREIRA, 2001).

Santos (2009) afirma que todo o processo de perseguição policial existente na cidade de Cachoeira sempre teve como ponto de partida as práticas culturais e o fenótipo negro, onde a cultura negra tornou-se sinônimo de desserviço à sociedade e

que deveria ser banida da cultura da cidade através das forças policiais. Essa ideia se propaga e segue como justificativa para abordagens policiais até os dias atuais.

Araújo (2019), em seu trabalho de pesquisa realizado com jovens negros, do sexo masculino, no ano de 2019, estudantes de uma escola estadual da cidade, com idade entre 14 e 18 anos, destaca o aumento de forças policiais na cidade de Cachoeira e a constante abordagem e revista desses jovens negros estudantes pelas forças policiais. O autor ainda destaca que um dos alunos entrevistados afirma que ele e os colegas, todos negros, já estão acostumados a tomar o “baculejo”, nome dado pelos jovens a revista realizada pelos policiais.

Desta forma, acredita-se que as abordagens com jovens negros do sexo masculino seguem um fenótipo estereotipado que levam a existência de uma “figura suspeita”, sendo sempre a justificativa das autoridades policiais para as abordagens desde outrora até os dias atuais (FERREIRA, 2021).

5 METODOLOGIA

A pesquisa teve como objeto de estudo as percepções dos jovens negros sobre as abordagens policiais na cidade de Cachoeira e a relação das ações policiais em bairros onde a população é majoritariamente negra e periférica.

Além do estudo bibliográfico sobre o tema de violência policial na Bahia e no Recôncavo, também foram realizadas entrevistas estruturadas com jovens negros entre 15 a 29 anos, nas quais eles tiveram a possibilidade de explicar suas experiências em relação a abordagem policial no município de Cachoeira permitindo traçar um paralelo entre as entrevistas e o referencial teórico utilizado.

Para a análise dos dados obtidos nas entrevistas estruturadas sobre a ação da polícia militar na região, foram escolhidos 15 jovens negros para responder as perguntas sobre as abordagens policiais. Os jovens escolhidos pertenciam tanto a bairros do centro quanto a bairros periféricos. Foram abordados com a devida identificação do pesquisador e a instituição vinculada, mostrando que o questionário faz parte de uma pesquisa para a aprovação no curso de graduação da instituição Universidade Federal do Recôncavo – UFRB. Foi garantido o sigilo quanto a identidade dos entrevistados, seguindo os princípios éticos que regem as pesquisas nas ciências sociais e sociais aplicadas.

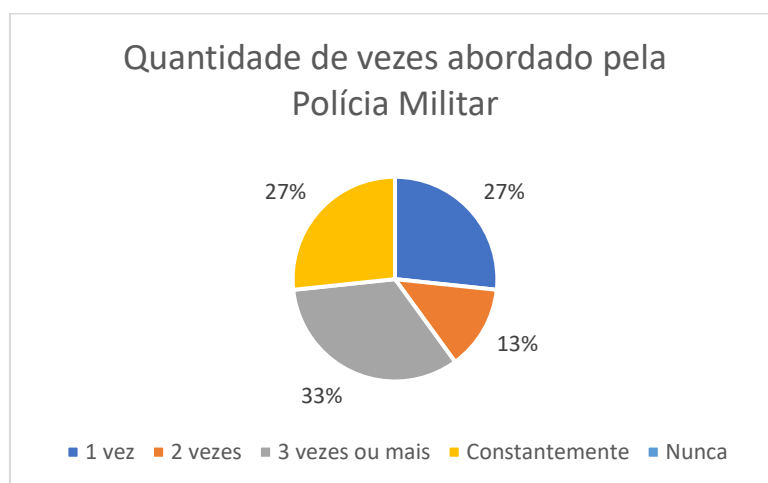
As repostas dos questionários foram comparadas para serem diagramadas e, assim, apresentadas em gráficos com as afirmações trazidas pelos entrevistados. Desta forma, pode-se afirmar que este é um trabalho que realizou uma investigação científica, buscando compreender um grupo específico e seus fenômenos, focando na narrativa de sujeitos que vivenciam uma situação específica, sendo explanada em forma de texto para melhor compreensão de suas vivências (LAKATOS; MARCONI, 2003)

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme exposto, o trabalho de campo contou com 15 entrevistas estruturadas realizadas com jovens negros da cidade de Cachoeira, em bairros periféricos, ou seja, mais afastados do centro da cidade, conhecidos como Ladeira da Cadeia, Rua da Feira, Caquende, Alto do Jenipapeiro, Alto do Camelo e Cucuí de São Cosme.

A entrevista estruturada foi composta por 3 perguntas fechadas e 9 perguntas abertas. As questões abertas foram comparadas e diagramadas, sendo algumas falas citadas na íntegra dentro deste capítulo, sendo articulado juntamente com as referências utilizadas no corpo do texto. A primeira pergunta feita aos jovens se refere a quantidade de vezes que eles foram abordados pela Polícia Militar em 2025.

Gráfico 1 – Quantidade de vezes que foram abordados pela Polícia Militar em 2025



Fonte: Machado (2025)

Este primeiro gráfico mostra a intensidade de abordagens pela Polícia Militar aos jovens negros oriundos de bairros periféricos na cidade de Cachoeira. A cor azul mostra que 27% dos entrevistados foi abordado apenas 1 vez no ano de 2025. A cor

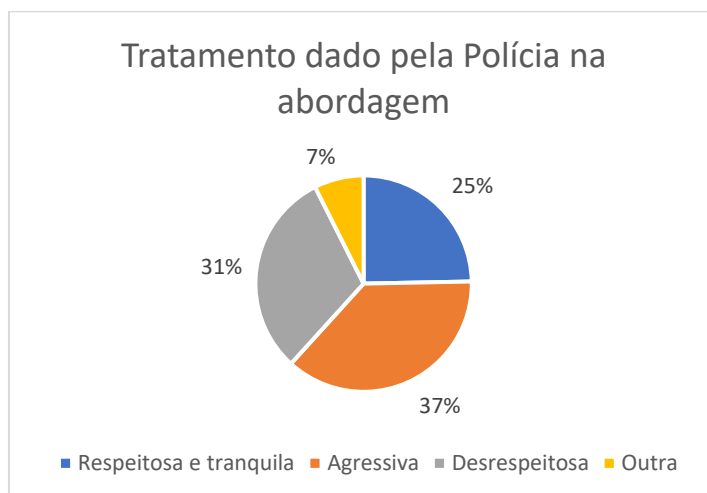
laranja, com a porcentagem de 13%, mostra que estes jovens lembram de terem sido abordado pela polícia apenas 2 vezes no ano de 2025.

As cores amarelo e cinza representam, respectivamente, as opções “constantemente” e “3 vezes ou mais”, cada uma com o valor em porcentagem de 27% e 33%. Estes números mostram que é comum a abordagem de policiais a jovens negros de bairros periféricos, trazendo à tona a ideia do fenótipo negro como suspeito apontado no referencial teórico.

Anunciação (et al, 2020) aponta em seu trabalho que as ações de abordagem realizadas pela Polícia Militar levam em consideração a região e o fenótipo de negros como pessoas suspeitas, sendo comum o número de abordagens a homens retintos por conta da sua característica física e situação social. O autor afirma que este é um modo operante da força policial para a detecção de um possível suspeito.

O segundo ponto abordado na entrevista estruturada se refere a forma como a força policial aborda e se dirige ao indivíduo abordado.

Gráfico 2 - Tratamento dado pela Polícia Militar nas abordagens



Fonte: Machado (2025)

Este gráfico traz, de forma direta, o tratamento realizado pelos policiais no momento das abordagens com os jovens negros da cidade. A pesquisa mostrou que 37% dos entrevistados afirmam terem sido tratados de forma agressiva pelos

policiais no momento da abordagem. Também pode-se destacar 31% dos entrevistados que mostram ter tido um tratamento desrespeitoso pelos policiais.

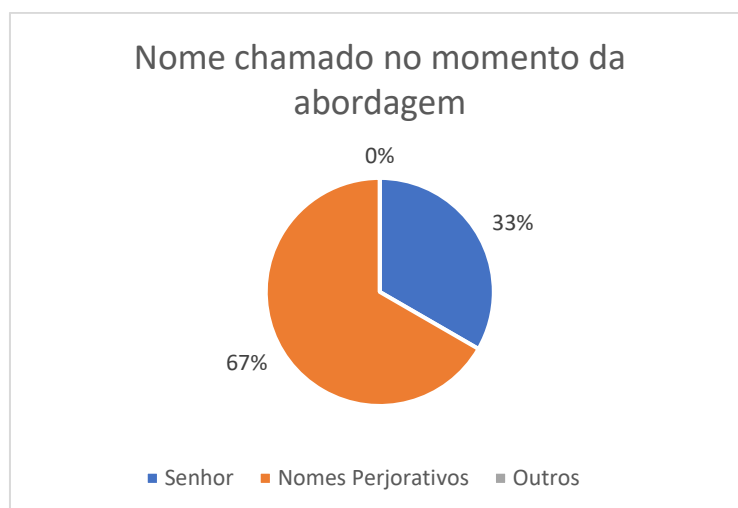
Estes números citados no gráfico acima, tendo como parâmetro a primeira pergunta, leva ao entendimento de que o tratamento dado aos jovens negros abordados costuma ser agressivo e desrespeitoso.

Adorno (1996) cita em seu trabalho a existência da violação de direitos garantidos pela legislação brasileira, isto inclui a forma de tratamento ofertado no momento da abordagem, que ocorre diretamente com os jovens periféricos e negros. O autor ainda cita que os cidadãos não negros não têm os seus direitos violados no momento de uma abordagem policial, deixando claro a diferença da abordagem policial realizada entre negros e não negros.

Convém destacar que a porcentagem de 25% relacionada a abordagem policial respeitosa e tranquila se refere aos entrevistados que foram abordados pela Polícia Militar apenas 1 vez neste ano de 2025, sendo esses entrevistados todos pardos.

A terceira pergunta realizada na entrevista estruturada refere-se a maneira como o jovem abordado foi chamado pela polícia militar no momento que estava ocorrendo a abordagem.

Gráfico 3 – Maneira em que foi chamado no momento da abordagem



Fonte: Machado (2025)

O gráfico deixa claro a maneira como o jovem negro é chamado e citado, pelos policiais no momento da abordagem, confirmando a postura agressiva e desrespeitosa existente na pergunta anterior. O gráfico mostra que 67% dos entrevistados são tratados pela força policial com nomes pejorativos durante a abordagem. De acordo o dicionário de Aurélio (1988), os termos pejorativos são classificados como termos agressivos, depreciativos, insultuosos, ofensivos, ultrajantes, vilipendiosos, ou seja, são palavras e/ou tratamentos que fere o indivíduo e sua condição como ser humano.

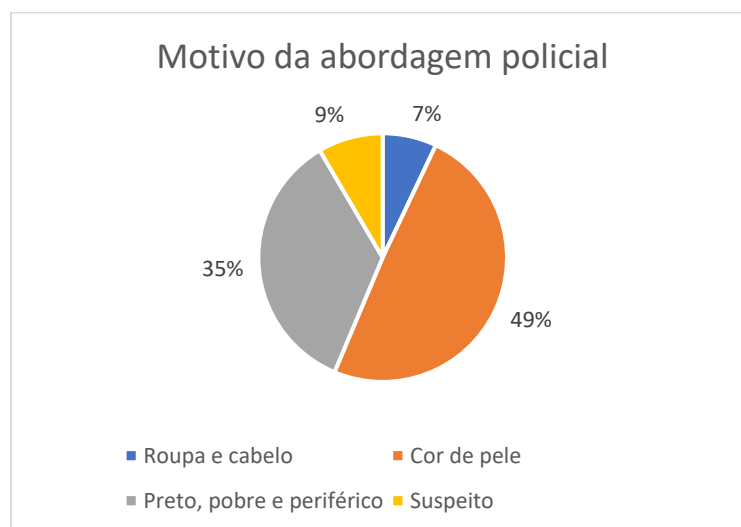
No entanto, um percentual significativo, 33% dos entrevistados, foi chamado de forma respeitosa e educada como “senhor”, trazendo à tona a existência de uma minoria de policiais que atuam de forma respeitosa ao abordar jovens negros na cidade de Cachoeira, retirando o pressuposto de “suspeitos” ao ser abordado.

As próximas perguntas realizadas na entrevista estruturada fazem parte das questões abertas, onde o jovem entrevistado pôde expor suas sensações e sentimentos diante de uma abordagem policial. Desta forma, trechos de algumas entrevistas serão lançadas no trabalho fazendo um paralelo com a bibliografia utilizada e gráficos montados.

Para facilitar o entendimento do leitor em relação as perguntas abertas realizadas com os entrevistados e devido a existência de respostas praticamente idênticas, foi possível a construção de gráficos que mostra a percepção dos jovens abordados sobre a postura da força policial na segurança da cidade.

A primeira pergunta aberta da entrevista estruturada questionou aos entrevistados o motivo pelo qual eles acreditam terem sido abordados pela Polícia Militar. As respostas são tão parecidas que mesmo sendo feitas em bairros diferentes mostram um padrão seguido pelas forças policiais na busca de um possível suspeito.

Gráfico 4 – Motivo pelo qual o jovem acredita ter sido abordado pela força policial



Fonte: Machado (2025)

Este gráfico mostra a percepção dos entrevistados sobre as razões que levou uma viatura da Polícia Militar a abordá-los durante uma ronda policial, enquanto eles se encontravam caminhando na rua. 49% dos entrevistados afirmou acreditar que o motivo da abordagem policial ter ocorrido tem como razão principal a cor da pele. Em uma das respostas, chama a atenção a observação colocada pelo entrevistado ao afirmar que “Eu me considero pardo e estava acompanhado de uma pessoa negra”.

Esta resposta descrita pelo entrevistado e a porcentagem de jovens que destacam a questão da cor como motivo para a abordagem policial confirma a teoria de Boulding (1997) sobre o racismo estrutural ao dizer que a discriminação é racial, de gênero e de região, e foram construídas no decorrer da história e se faz presente nas organizações e em todo o sistema democrático, trazendo historicamente a figura do negro como suspeito.

Outra resposta que deixa claro a percepção dos entrevistados em relação a cor refere-se a frase dita por outro entrevistado que cita a questão da pele fazendo dele um suspeito. De acordo com o entrevistado a razão dele ter sido abordado foi “Pela cor da pele, porque sou uma pessoa preta e sempre eu sou suspeito”. Esta frase também condiz com a teoria de racismo estrutural trazido por Boulding (1997).

Um percentual significativo, 35% dos entrevistados, destacou não só a cor da pele, mas o fato de residir em bairros pobres e periféricos. Isso mostra o local de maior

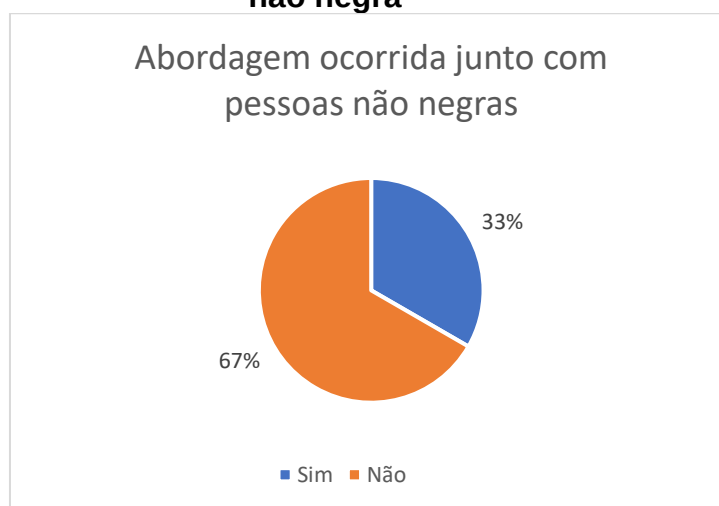
atuação da Polícia Militar. Mais uma vez, este resultado confirma os conceitos trazidos na historiografia, onde a questão regional também é colocada como parte do racismo estrutural que ocorre dentro de organizações como a Polícia Militar.

A Bahia tem registros sobre a ação de grupos de extermínio existentes, também, no interior do Estado, ligada as forças policiais em momentos de operações em bairros mais periféricos desde os anos 90, supostamente, no combate à violência em bairros onde mais de 50% das pessoas são negras (FREITAS, 2015).

Arandas (2010) cita que estudos historiográficos mostra que as razões para as abordagens policiais a negros no Brasil são intensas e tende como base a marginalização e inferiorização da população negra, onde o fenótipo e a região de moradia desses cidadãos trazem o título de possível suspeito ao homem e jovem negro.

A próxima pergunta aberta da entrevista estruturada refere-se a abordagem sofrida pelos entrevistados junto com pessoas não negras.

Gráfico 5 – Experiência ao ser abordado juntamente com uma pessoa não negra



Fonte: Machado (2025)

Esta pergunta da entrevista estruturada chama a atenção no que diz respeito a resposta dos entrevistados que sofreram a abordagem policial juntos com pessoas não negras. Por esta razão, destaca-se nesta discussão falas que corresponde a 33%

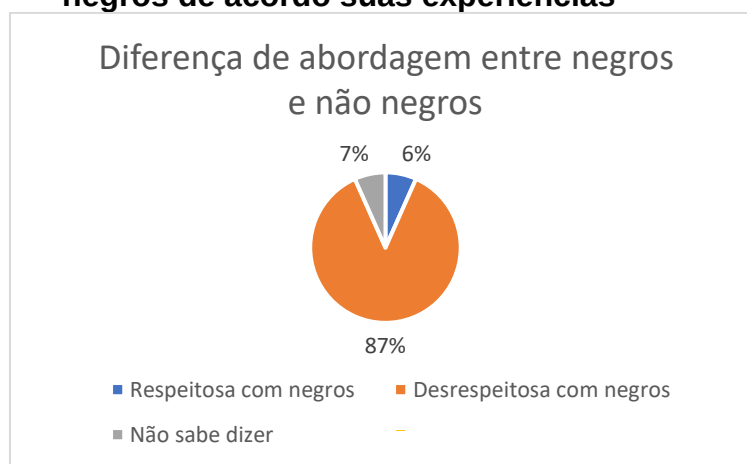
dos entrevistados que estavam com uma pessoa não negra no momento da abordagem

“Eles me trataram com fala mais agressiva e com meu colega foi mais calmo.”. Esta fala mostra o tratamento de inferiorização e marginalização já citado por Boulding (1997) em relação as abordagens policiais. Outra fala que merece destaque se refere a um dos entrevistados que se auto declarou pardo: “Foi agressivo com o outro jovem negro e comigo foi mais tranquilo”.

Para finalizar a discussão sobre o gráfico 5, destaca-se a fala de mais um entrevistado que respondeu: “Meu colega não foi abordado”. Nesta fala o entrevistado se refere ao amigo não negro que se encontrava ao lado dele no momento da abordagem policial e foi isento do procedimento policial no momento da abordagem.

A pergunta a seguir solicitou que os entrevistados colocassem a sua percepção sobre a diferença entre a abordagem de um jovem negro e um jovem não negro, de acordo as suas experiências e vivências.

Gráfico 6 – Diferença na abordagem entre jovens negros e jovens não negros de acordo suas experiências



Fonte: Machado (2025)

Este gráfico mostra que a grande maioria, 87% dos entrevistados, entendeu como desrespeitosa a atuação dos policiais nas abordagens com jovens negros. Destaca-se a fala de um dos entrevistados que afirma: “Uma pessoa branca é tratada com mais respeito e comigo que sou negro a abordagem é mais truculenta”.

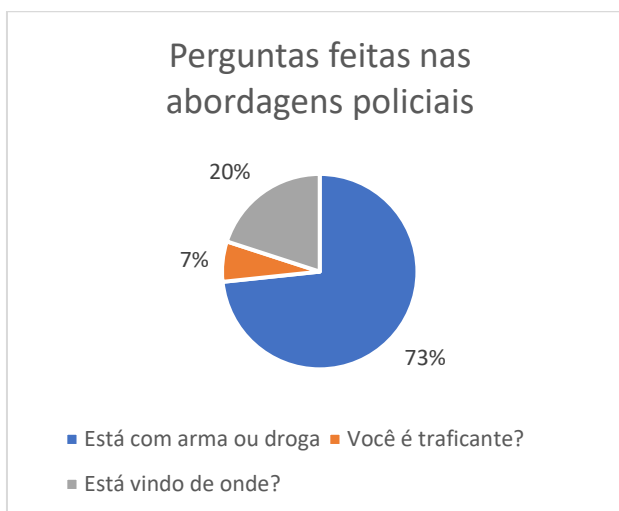
Esta frase mostra mais uma vez a abordagem agressiva realizada pela Polícia Militar com jovens negros, trazendo a marginalização vinculada a cor de pele e região de moradia desses jovens como mostra a historiografia.

“Para um jovem negro o tratamento é pior, quando é um branco chama pelo nome”. Esta frase mostra que os jovens negros costumam ser chamados por nomes pejorativos nas abordagens, enquanto os não negros são perguntados sobre os seus nomes para serem chamados como se encontra em seus registros de identidade.

“O tratamento foi mal para mim que sou um jovem negro, com meu colega o tratamento foi mais tranquilo, chamou ele até pelo nome”. Mais uma fala mostrando o estereótipo do homem negro sendo marginalizado pela força policial, como citado nos estudos de, Arandas (2010) e Anunciação (et.al., 2020) já citados na discussão das questões anteriores.

O gráfico 7 a seguir mostra as perguntas frequentes dos policiais nas abordagens dentro da cidade de Cachoeira.

Gráfico 7 – Perguntas feitas pelos policiais nas abordagens



Fonte: Machado (2025)

As perguntas feitas pelos policiais aos jovens abordados vêm com o tom de acusação, de uma presunção de que aquele jovem tem algum envolvimento com ações ilícitas, confirmando a existência da marginalização dos jovens negros dentro dos métodos utilizados pela Polícia Militar. De acordo com Santos (2009), a

perseguição policial no interior do Estado da Bahia, incluindo a cidade de Cachoeira, tem o seu ponto inicial no fenótipo e nas tradições culturais e histórica dos jovens negros que vivem nas regiões periféricas. O negro tornou-se uma referência negativa para a sociedade que deve ser controlado pelas forças policiais e suas operações.

A maioria, 73% dos entrevistados, afirmou que a pergunta frequente realizada em uma abordagem policial é sobre a posse de armas ou de drogas. “Cadê a droga? Cadê a peça (arma)? Você escondeu aonde?”, esta é a reprodução de um jovem entrevistado ao citar a abordagem sofrida por ele quando questionado por um policial militar. Ou seja, não há por parte das forças policiais uma verificação prévia da identificação do jovem abordado, mas sim uma abordagem de acusação, de quem tem a certeza sobre a posse de objetos ilícitos por aquele jovem.

Esta não é a única fala que mostra a postura de abordagem suspeita realizada pelos policiais. “Se eu estava com droga, para onde eu iria e o que fazia na rua aquela hora”, esta é mais uma fala de entrevistado mostrando as perguntas realizadas pelos policiais. Anunciação (et.al., 2020) afirma que as imagens negativas e pejorativas relacionada ao jovem negro funciona como um mecanismo das forças policiais para colocar o negro sempre como suspeito.

20% destaca que é questionado na abordagem é de onde ele vem ou para onde o jovem negro está indo. Este questionamento mostra a postura das forças policiais na suposição de estar abordando um suspeito antes mesmo de uma averiguação sobre a identidade do jovem abordado. Segue mais uma fala de um entrevistado que reproduziu a postura do policial em sua última abordagem, até o momento da entrevista, onde o questionamento do policial foi: “Cadê a droga? Cadê a arma? Você é do tráfico?”.

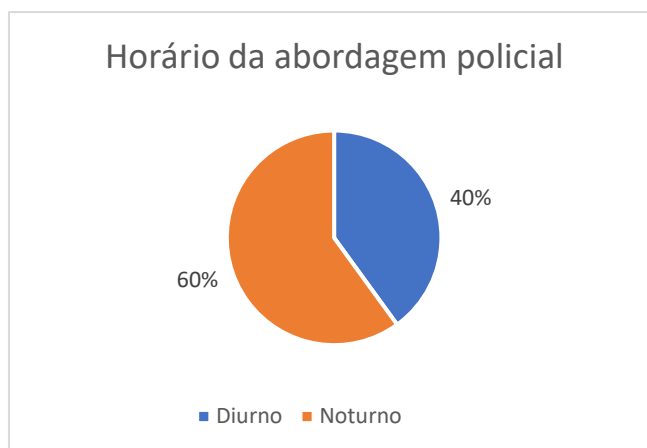
Desta forma, através das perguntas realizadas pelos policiais no momento da abordagem é possível concluir que o racismo está intrínseco na instituição, onde a figura do jovem negro é entendida como uma ameaça a ordem da sociedade e por isso deve ser constantemente combatido e confrontado pelas forças policiais.

Vargas (2010), destaca que existe um estímulo a ideia de militarização das forças policiais, onde o alvo sempre está na região periférica e de tom de pele negra.

O Estado apoia a política de marginalização dos negros residentes em bairros periféricos ao dar apoio as ações das forças policiais na periferia.

A oitava pergunta do questionário aborda o horário onde eles mais foram abordados pela polícia militar no ano de 2025.

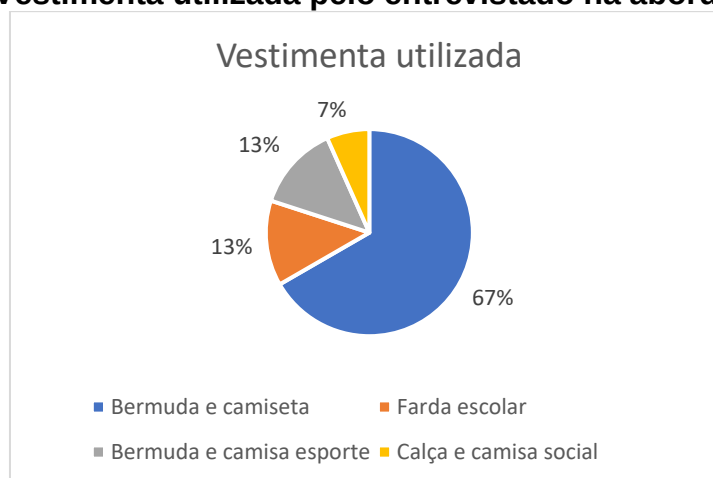
Gráfico 8 – Horário da abordagem policial



Fonte: Machado (2025)

Apesar do horário noturno ser o mais comum, não há um horário específico para a abordagem. Os entrevistados citaram muitos horários diferentes em mais de uma abordagem sofrida. Desta forma, pode-se acreditar que não há um horário padrão, mas sim um estereótipo e uma abordagem padrão quando se refere aos jovens negros.

A pergunta a seguir fala da vestimenta utilizada por esses jovens no momento da abordagem, mostrando como isso também funciona de parâmetro para as abordagens policiais na cidade. Mesmo estando bem arrumado, a cor da pele é um chamativo para as viaturas, e algumas peças de roupa trazem a suposição de estarem portando coisas ilícitas.

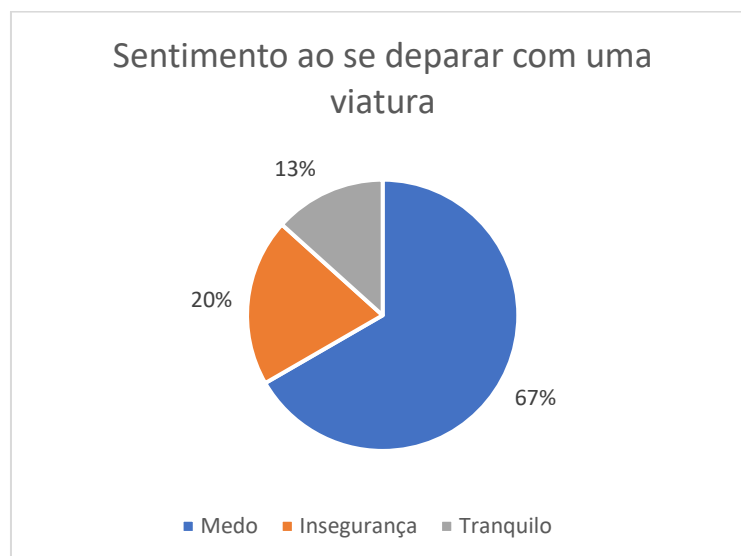
Gráfico 9 – Vestimenta utilizada pelo entrevistado na abordagem policial

Fonte: Machado (2025)

A resposta dos entrevistados sobre a roupa utilizada traz à tona mais uma prova do estereótipo criado em cima do homem negro, já citado por Anunciação (et.al., 2020), Vargas (2010), Arandas (2010) e tantos outros autores citados no corpo do texto deste trabalho, onde eles trazem o fenótipo, a localidade e cor como pontos principais para fazer do elemento um suspeito, mantendo o racismo institucional dentro da Polícia Militar desde a sua formação.

A maioria, 67% dos entrevistados, afirmou que no momento da abordagem estavam de bermuda e camiseta; 13% informou que no momento da abordagem estavam com a farda escolar, alunos de uma escola pública da região. De todas as respostas, chama a atenção uma em específico, na qual o entrevistado informou estar trajando “Calça, blusa de manga social e cabelo Black Power”. O entrevistado acredita que o seu cabelo e a sua cor tenha sido o motivo de ter sido abordado.

A próxima pergunta destaca o sentimento de cada entrevistado ao se deparar com uma viatura policial na rua. Algumas respostas merecem um destaque por mostrar como a política da discriminação racial e marginalização do povo negro é compreendido pelos entrevistados.

Gráfico 10 – O que você sente ao se deparar com uma viatura policial?

Fonte: Machado (2025)

Ferreira (2021) traz como observação em sua pesquisa o fato da cidade de Cachoeira ser majoritariamente negra, mas, mesmo assim, a metodologia de abordagem da força policial ainda está pautada no fenótipo, na cultura e na localidade de cada cidadão. Como demonstra o gráfico, a maioria destaca que 67% dos entrevistados, tem a sensação de medo ao avistar uma viatura na rua, sente-se acuado pela ação da força policial na cidade.

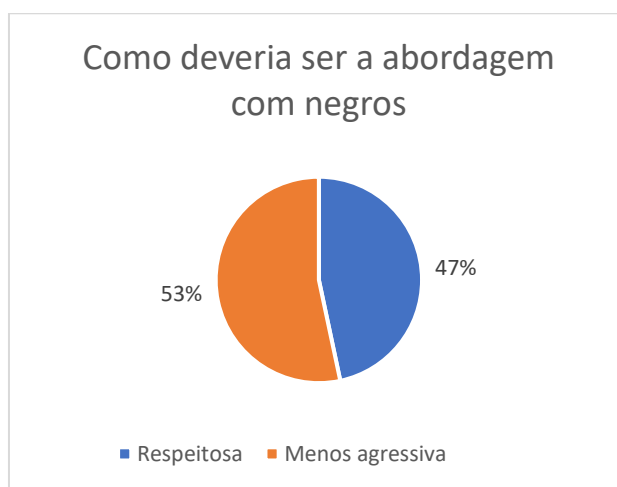
Nas falas citadas pelos entrevistados foi possível perceber o medo sendo referido a própria vida. “Sinto medo de ser comparado com delinquente”, esta fala traz o peso do estereótipo da marginalização relacionado ao povo preto que norteia as abordagens policiais como já foi citado por autores como Anunciação (et.al., 2020) e Boulding (1997).

Seguindo ainda a fala dos entrevistados em relação a presença da viatura, um dos entrevistados diz: “Fico com medo quando estou sozinho”. Esta fala mostra que o jovem entrevistado não se sente seguro ao encontrar com as forças policiais, ele teme pela própria vida, pelo o que pode vir acontecer. Tudo está relacionado de uma forma direta as abordagens policiais e a forma como os jovens pretos são tratados, como demonstram os gráficos anteriores.

Esta sensação de insegurança, de estar desprotegido, foi explanado por 20% dos entrevistados. Ressalta-se que os 13% dos entrevistados que demonstrou se sentir tranquilo ao avistar uma viatura se consideram pardos.

A penúltima pergunta do questionário feito aos entrevistados teve a intenção de saber como eles acreditam que deveria ser a abordagem policial.

Gráfico 11 – Como deveria ser a abordagem policial com pessoas negras



Fonte: Machado (2025)

A maioria, 53% dos entrevistados, respondeu sobre a necessidade de uma abordagem policial menos agressiva, o que mostra como eles costumam ser tratados pelas forças policiais quando parados por uma viatura, ou seja, a agressividade paralela ao estereótipo da marginalização do povo negro é a base técnica para atuação das forças policiais.

47% dos entrevistados falam que a abordagem deveria ser mais respeitosa. Esta resposta faz um paralelo com os outros gráficos que mostram a presença de termos pejorativos e frases ofensivas.

A última pergunta da entrevista estruturada destaca as respostas dos entrevistados sobre a função da polícia militar para a população, principalmente a população preta. Mais uma vez destaca-se as respostas dos entrevistados sobre o que eles acreditam que deveria ser a Polícia Militar.

Gráfico 12 – Importância e função da Polícia Militar para a população

Fonte: Machado (2025)

Esta última pergunta destaca o que os entrevistados gostariam de sentir ao encontrar uma viatura da Polícia Militar. Destaca-se algumas falas mostrando a realidade do que acontece nas ruas quando se refere a população negra da cidade de Cachoeira.

“Eu não me sinto protegido pela polícia, mas era para ser uma instituição para proteger a população”. Outro entrevistado vai ainda mais profundo na realidade das abordagens e ações das forças policiais com a população negra: “Eu achava que era para a polícia proteger a população, mas não é o que acontece, só alguns policiais tratam melhor a sociedade com eficiência”

Esta fala traz a existência de poucos policiais que sabem tratar o indivíduo de forma cordial e educada, sem agir como se o abordado fosse um indivíduo de ações ilícitas. Para finalizar esta discussão sobre as entrevistas realizadas destaca-se também esta fala: “Era para ajudar a proteger a população, mas os moradores da comunidade é o que mais sofrem com a opressão”.

Bento e Beghim (2025) afirmam que a comunidade negra, por estarem, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade nas diversas camadas da sociedade, são os mais afetados com a opressão e ação policial no país.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o conteúdo abordado e das entrevistas realizadas, não há dúvidas de que a Polícia Militar tem em seu contexto o racismo institucional estrutural intrínseco em suas ações. A cada abordagem, fica claro a visão marginalizada que os profissionais que compõem a instituição possuem e tem como base para a atuação diante a sociedade.

A violência policial diante da população negra e periférica é entendida pelo Estado como método de trabalho e permite, diante desta postura, a ação agressiva que muitas resultam em homicídios desnecessários.

Enquanto o racismo estiver presente dentro das forças policiais, esta situação não terá mudança. É preciso um processo de conscientização de toda a sociedade, para que o negro periférico deixe de ser marginalizado, quebrando esse vínculo negativo e histórico sobre a imagem do negro no Brasil.

As forças policiais, que tem como função garantir a segurança da sociedade, não podem e não devem levar adiante os resquícios de conceitos ligados a marginalização e inferiorização da população negra. Cabe a instituição policial zelar pela segurança e ordem da sociedade, de forma equilibrada e respeitosa para todos independente de raça, cor ou religião.

A pesquisa trouxe à tona ações e abordagens que demonstram a permanência de estereótipos negativo sobre a população periférica, pobre e, predominantemente negra, do Estado da Bahia, mais especificamente da cidade de Cachoeira no Recôncavo Baiano. Desta forma, pode-se dizer que o racismo institucional se faz presente dentro de instituições que foram criadas para manter a ordem e a lei no país, sem a distinção de raça, gênero, cor ou opção religiosa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Racismo, criminalidade e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 283-300, 1996. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/down179.pdf>. Acessado em: 15/11/2025

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é o racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANUCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. **“Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste.** Saúde & Sociedade. São Paulo, v.29, n.1, e190271, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ctHxJZn497TXLJBhpSB8GRn/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 10/11/2025

ARANDAS, Wagner Solano de. **O Racismo Institucional Contra os Negros na Polícia Militar.** / Wagner Solano de Arandas. João Pessoa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4435?locale=pt_BR. Acessado em: 30/10/2025

ARAÚJO, Julio Cesar Cerqueira. **Masculinidades racializadas e as “existências infernais” de jovens homens negros no Recôncavo da Bahia.** Revista da ABPN • v. 11, n.30• set –nov 2019, p.8-25. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/805>. Acessado em: 30/10/2025

BENTO, M. A. S.; BEGHIN, N. **Juventude negra e exclusão radical.** Boletim de Políticas Sociais, Brasília, DF, n. 11, p. 194-197, 2005. BOULDING, E. Las mujeres y la violencia social. In: DOMENACH, J.-M. et al. La violencia y sus causas. Paris: Unesco, 1997. p. 265-279. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO4_Maria11.pdf. Asesado em: 05/11/2025

BOULDING, E. Las mujeres y la violencia social. In: DOMENACH, J.-M. et al. La violencia y sus causas. Paris: Unesco, 1997. p. 265-279

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a região nordeste.** Novembro 2005. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/cpi/Rel_Fin_CPIEXTERMINIO.htm. Acessado em: 10/11/2025

CAVALCANTE, Andaraí Ramos. **Corpos enforcados, destroçados e desaparecidos: violência contra jovens negros em Salvador** / Andaraí Ramos

Cavalcante. - Salvador, 2019. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/items/98abe71a-2799-4833-91af-9dae938c1d0e>. Acessado em: 08/11/2025

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/287/atlas-da-violencia-2024>. Acessado em: 25/10/2025

FERRARI, Mariana. **O que é Necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil**. Ponte Jornalismo, 2019. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acessado em: 27/10/2025

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurelio Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 687p

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. MAAFA: **Políticas de morte no contexto da guerra racial de alta intensidade na Bahia contemporânea**. Programa Multidisciplina de Pós-Graduação em Estudos Étnicos Africanos, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFRB. Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34572>. Acessado em: 13/11/2025

FREITAS, Felipe da Silva. **Discursos e práticas das políticas de controle de homicídios: uma análise do “Pacto pela Vida” do estado da Bahia (2011 – 2014)**. 2015. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18760>. Acessado em: 18/11/2025

FRENCH, Jan Hoffman. **Repensando a Violência Policial no Brasil: Desmascarando o Segredo Público da Raça**. TOMO. N. 31 JUL./DEZ. | 2017. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/tomo/article/view/7648>. Acessado em: 16/11/2025

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acessado em: 20/11/2025

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência**. Brasília: Ipea; 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>. Acessado em: 19/11/2025

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, L. C. **Bitedô - onde moram os nagôs: redes de sociebailidades africanas na formação do candomblé Jêje-Nagô no Recôncavo Baiano**. 1. edição; Rio de Janeiro, 2010. Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP.

OLIVEIRA, Nelson de; RIBEIRO, Lutz Mulert S; ZANETTI, José Carlos. **A Outra Face da Moeda: Violência na Bahia**. Ribeiro e Zanneti (Orgs.). CJP. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, Salvador, 2000. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1035526>. Acessado em: 18/11/2025

PÁRES, Luís Nicolau. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. 2º ed. ver. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Edmar Ferreira. **Políticas locais e religiosidade afro-baiana: repressão aos candomblés e estratégias de resistência**. In: O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp.111-139. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/nq>. Acessado em: 13/11/2025

SANTOS, Jean Gilson dos. **O assassinato de jovens negros no brasil pela violência policial na perspectiva do racismo estrutural e a atuação profética da pastoral afrobrasileira (pab) frente aos assassinatos**. Revista em Favor de Igualdade Racial, Rio Branco – Acre, v.7, n.2, p. 107-118, mai-ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6740>. Acessado em: 15/11/2025

SILVA, Maria Edna Bezerra; ANUCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim. **Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras**. Ciência & Saúde Coletiva, 29(3):1-10, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2024.v29n3/e04402023/pt/>. Acessado em: 13/11/2025

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação. **A ciência e a cultura**. Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://www.unesco.org/en>. Acessado em: 13/11/2025

VARGAS, J. H. C. **A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas**. Revista da ABPN, v.q, n. 2 – julout, pp. 31-65, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/289>. Acessado em: 14/11/2025

WERNECK, Jurema. **Iniquidades Raciais em Saúde e Políticas de Enfrentamento: as experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido**. In: Saúde da População Negra no Brasil. Brasília: FUNASA, 2005. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ses-26677>. Acessado em: 15/11/2025